



PPC - Projeto Pedagógico de Curso

Ciências Econômicas

1. Perfil do curso

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Pesquisas Geográficas (IBGE), em 2011, cerca de 51% da população brasileira tinha mais de 30 anos. Em 1980, esse número era de 21%, e de acordo ainda com os dados do IBGE, a pirâmide populacional brasileira mudou profundamente a sua distribuição no período compreendido entre 1980 e 2015. Esses fatos evidenciam uma importante mudança social: o Brasil está envelhecendo. Estudo da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais - Disoc (2010), do IPEA, mostra que a participação da faixa etária entre 15 e 29 anos no total da população brasileira alcançou seu pico no ano 2000, e desde então está declinando.

Localmente, e ainda sob uma perspectiva de aspectos sociais, a cidade de Imperatriz possui o segundo melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado do Maranhão com 0,731 (PNUD 2013), tendo este índice evoluído pouco, apenas 1,25%, na última década quando era 0,722 no ano 2000 (PNUD 2000). É verificado ainda que a distribuição de moradias e organização social da cidade evoluiu com um crescimento desordenado nos bairros periféricos de Imperatriz, resultado em um aumento substancial do número de invasões e surgimento de comunidades desorganizadas, o que culminou com uma forte especulação imobiliária e criação de vazios na urbanização do espaço urbano.

Resultados recentes (PNAD 2014) acerca da educação nacional atestam que a maioria dos estudantes brasileiros estuda em escola pública e cursa faculdade particular. Observou-se ainda que a taxa de abandono escolar permanece alta e que entre os adolescentes de 15 a 17 anos, 84,3% cursava o Ensino Médio e somente 56,7% dos jovens de até 19 anos concluíam o Ensino Médio. Em contrapartida, verificou-se o crescimento em 1,3% do acesso de crianças de 4 a 5 anos às escolas, em relação ao ano anterior; E encontra-se que o percentual de trabalhadores com pelo menos o ensino superior completo aumentou de 12,6% em 2013, para 13,1%, em 2014. Assim, percebe-se que o Brasil precisa ainda de profissionais qualificados para atuarem frente a competição acirrada que aumenta a cada dia.

Regionalmente, no contexto educacional, a cidade de Imperatriz dispõe de uma ampla rede de ensino que vai desde o pré-escolar até o ensino superior, além do profissionalizante, sendo compartilhada pela rede pública e particular de ensino. A cidade possui cerca de 230 escolas, sendo 150 Públicas Municipais, com 32 Estaduais e 48 privadas. A taxa de analfabetismo no município, segundo o IBGE, encontra-se em nível semelhante à média nordestina refletindo cerca de 27,59%.

O Brasil, mesmo estando inserido no grupo dos países emergentes, internamente, porém, continua a se debater com inaceitáveis desigualdades e insuficiente acúmulo de capital humano preparado profissionalmente para o mercado e para os desafios que a nação precisa superar. Seguindo essa mesma trajetória, o desenvolvimento da Região Nordeste do Brasil depende da oferta de mão de obra qualificada, em padrões compatíveis com sua necessidade de superação de históricas desigualdades sociais. Oportunidades para esse desenvolvimento de centros de formação e

treinamento de recursos humanos existem: O PIB da Região vem crescendo a taxas superiores à média brasileira e investimentos recentes na região têm ampliado o número de oportunidades, porém ainda existem carências de profissionais qualificados.

Na perspectiva local de investimentos e oportunidades, a cidade de Imperatriz é o maior conglomerado comercial, energético e econômico do Estado do Maranhão, destacando-se ainda como segundo maior polo populacional da região tendo o segundo maior PIB do Estado (R\$ 19916,99/habitante IBGE-2015). Imperatriz está localizada no cruzamento entre o canal de produção e escoamento da soja produzida em Balsas (ao sul do Maranhão), próxima às operações siderúrgicas do município de Açailândia e das atividades da agricultura nas demais regiões do Estado. Nesse contexto há destaque especial para a produção de arroz, produção e distribuição de energia com a implantação da hidroelétrica de Estreito e produção de celulose com recente instalação da fábrica Suzano de Papel e Celulose.

Imperatriz atende com produtos e serviços os municípios distribuídos num raio de 400 km. A cidade hospeda ainda a infraestrutura física, técnica e elétrica de grande parte da rede de distribuição de energia do estado, devido principalmente por conter a Subestação da Eletronorte. Ainda no que diz respeito à infraestrutura física, Imperatriz abriga trechos da Ferrovia Norte-Sul e está bem próxima da Estrada de Ferro Carajás, sendo ainda cruzada pela rodovia BR-010, contém um aeroporto e um centro de distribuição de alimentos, sem contar as pontes e docas para tráfego no Rio Tocantins.

Na alavancagem de desenvolvimento observa-se que a disponibilidade de energia, sistemas produtivos e máquinas são fatores necessários aos resultados de crescimento de qualquer nação. Contudo, existe também, além da cadeia produtiva, a necessidade por profissionais e gestores que possam relacionar as demandas de consumos e produção, compreendendo e operando os diferentes mercados sob uma visão sócio cultural holística. Nesse contexto, verifica-se ainda que o crescimento do País em seus diversos setores na última década foi impulsionado por diversas políticas econômicas, monetárias e de crédito financiados por órgãos governamentais. Contudo, o Brasil ainda carece de avanços no que tange sua sustentabilidade econômica, financeira e de gestores em quantidade suficiente para administrar esses aspectos nos âmbitos comercial, mercadológico e industrial. No âmbito estritamente local, a cidade de Imperatriz ainda carece de centros para formação de economistas. Especificamente, na cidade de Imperatriz existe apenas dois cursos presenciais de formação desses profissionais. Reflexos claros desse desenvolvimento e demanda reprimida na cidade de Imperatriz são evidenciadas pela operação de escritórios e migração de profissionais de outros estados, quando da instalação de empresas de grande porte no município e vizinhanças.

Diante deste cenário, a cidade de Imperatriz necessita tornar-se um centro fornecedor de recursos humanos. Em termos de negócios, gestão e economia, a quantidade de economistas no Estado atualmente é insuficiente para o abastecimento do mercado de trabalho, principalmente nos setores bancários e comerciais. Para atender esta demanda é preciso aumentar a oferta de cursos de

Ciências Econômicas, que certamente proporcionará a formação de profissionais competentes e capazes de conduzir este processo de desenvolvimento da geração de empregos, industrialização e eficiência dos mercados de ativos do Estado. Nesse contexto valida a iniciativa da Faculdade de Imperatriz em manter o Curso de Ciências Econômicas.

Assim, o Curso contempla as demandas de natureza econômica, social, cultural, política e ambiental. Além disso, o PDI destaca, no contexto das Atividades Complementares (Programa de Experiências – PEX), a existência de “atividades relacionadas às relações étnico-raciais, atividades ligadas à história e à cultura afro-brasileira e indígena, atividades relacionadas à educação ambiental e atividades relacionadas aos direitos humanos”.

2. Atividades do curso

As atividades complementares são fundamentais para a aderência à formação geral e específica do discente e a construção do perfil do egresso, e se inserem no Projeto Pedagógico do Curso como incentivadoras à aprendizagem ativa e ao ensino baseado em competências. Embora de caráter flexível quanto à forma de integralização, o cumprimento de sua carga horária é obrigatório para a conclusão do curso.

Considerando a relevância das atividades complementares na formação do aluno, a Faculdade de Imperatriz Wyden conta com o Programa de Experiências – PEX, inspirado no pensador americano John Dewey. Para Dewey, a educação não deve ser baseada apenas na estrutura de ensino tradicional, que normalmente consiste em aulas expositivas, com tempo e local já estipulados. Faz-se necessário, para garantir um melhor aprendizado, que o aluno participe de atividades que lhe acrescentem maior significado.

As atividades complementares constam da matriz curricular do curso, em componente curricular obrigatório intitulado PEX – Programa de Experiências, cuja carga horária conta para a integralização da carga horária do curso.

Essas atividades consistem em:

- Visitas técnicas;
- Projetos de pesquisa;
- Programa de Iniciação Científica e Tecnológica – PICT;
- Monitoria;
- Palestras, seminários, congressos;
- Oficinas;
- Minicursos;
- Atividades ou cursos de extensão;

- Participação em atividades voluntárias de assistência à população;
- Disciplinas extracurriculares, oferecidas a outros cursos ou por outra instituição de ensino superior;
- Estágios extracurriculares;
- Trabalhos interdisciplinares;
- Atividades relacionadas a questões Étnico-raciais e ao Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena;
- Atividades relacionadas a Políticas de Educação Ambiental;
- Atividades relacionadas aos Direitos Humanos.

As atividades são realizadas sob a orientação de um professor e englobam, em suma, tudo que fuja à rotina da sala de aula.

No início de cada período letivo, a programação do PEX – contendo as atividades e carga horária correspondente para efeito de integralização curricular – é divulgada para que os alunos possam se programar e escolher aquelas de seu interesse.

A programação é elaborada pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso, em colaboração com os professores, e soma, no mínimo, o triplo do que os alunos têm de integralizar, em média, em cada período letivo. Garante-se assim uma ampla diversidade de atividades, possibilitando o atendimento aos interesses individuais dos alunos.

Como a quantidade de horas de atividades oferecidas ao longo do curso é de, no mínimo, o triplo da carga horária obrigatória prevista no componente curricular, os alunos podem optar por integralizar uma carga horária muito superior ao mínimo exigido na matriz. Isso permite que eles integralizem o curso com diferentes cargas horárias e perfis profissionais enriquecidos de forma flexível.

Dessa forma, as atividades complementares estão institucionalizadas e consideram a carga horária, a diversidade de atividades e de formas de aproveitamento, a aderência à formação geral e específica do discente, bem como mecanismos inovadores na sua regulação, gestão e aproveitamento.

O PEX está institucionalizado por meio da Norma 004: Regulamento do PEX – Programa de Experiências.

Em histórico recente, o Curso de Ciências Econômicas proveu diversas atividades complementares para os alunos do curso. Abaixo estão elencados os principais eventos realizados nos últimos dois anos, em adição a estes se somam os eventos generalistas patrocinados pela IES e por outros cursos da IES, atividades nas quais os alunos de ciências Econômicas da Faculdade de Imperatriz são motivados a participar.

Fevereiro-junho/2015 Curso de extensão: Projeto multidisciplinar de planejamento estratégico de

desenvolvimento econômico municipal

Março/2015 Curso de capacitação: Treinamento em educação financeira: como lidar com o seu dinheiro

Abril/2015 Curso de extensão: Projeto economia na escola

Outubro/2015 Ação: Ação social: Casa de passagem de Imperatriz

Agosto/2015 Palestra: Historicidade econômica e social da cidade de Imperatriz

Agosto/2015 Palestra: A sustentabilidade como ferramenta do crescimento econômico e social

Agosto/2015 Gincana: Gincana de economia

Janeiro/2016 Palestra: Negócios sociais e empreendedorismo de olho na dinâmica da sociedade

Mai/2016 Minicurso: Análise de investimentos: descobrindo a HP-12C

Mai/2016 Oficina: Negócios sociais

Setembro/2016 Curso de capacitação: Economia e cidadania

Novembro/2016 Ação à comunidade: Orientação sobre educação financeira

Fevereiro/2017 Palestra: O profissional economista e seus desafios na contemporaneidade

Abril/2017 Curso de capacitação: Finanças pessoais e cidadania

Abril/2017 Palestra: Debatendo a Responsabilidade fiscal

Março-maio/2017 Curso de capacitação: MIX DE OFFICE

Mai/2017 Curso: Educação fiscal

3. Perfil do egresso

O Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas da Faculdade de Imperatriz Wyden enquadra-se nas determinações do art. 3º da Resolução CNE/CES nº04/2007, atendendo, portanto, aos pré-

requisitos da legislação em vigor para o exercício da profissão.

O egresso do Curso estará apto a atuar na Iniciativa privada e/ou pública, de qualquer natureza de operação, para planejamento, controle, gerenciamento e avaliação de estratégias, aplicação, previsões e demais atividades pertinentes à Gestão Econômico-Financeira para um bom desempenho das organizações onde atue.

Para tanto, pretende-se que o egresso esteja familiarizado com fatos econômicos e a cultura local; entenda a dinâmica e a relação entre empresa e colaboradores do setor de serviços, indústria e agropecuária, bem como os fatores que influenciam seus resultados; fatos sociais, culturais, políticos, além da capacidade de raciocínio lógico, de observação, de interpretação e de análise de dados e informações, bem como das competências essenciais ao profissional graduado em Ciências Econômicas.

O egresso do Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas deve ser capaz de:

- elaborar relatórios de natureza econômica, financeira, social e ambiental das organizações, visando divulgar para a sociedade o comprometimento de adotar um comportamento ético e contribuir para o desenvolvimento econômico da comunidade local e da sociedade como um todo;
- compreender e analisar questões específicas, técnicas, sociais e políticas relacionadas com a economia, de forma a garantir um crescimento sustentável para as gerações futuras;
- utilizar sua sólida consciência social no enfrentamento de situações emergentes na sociedade politicamente organizada, visando despertar o senso crítico de nossa população;
- interagir e opinar diante das transformações político-econômicas e sócio-ambientais contextualizadas na economia mundial, brasileira e regional, visando a melhora dos indicadores de desenvolvimento econômico de forma a ampliar a qualidade de vida da população;
- construir relatórios, cenários e projeções futuras, visando elucidar os gestores quanto aos caminhos possíveis e estratégias a serem seguidas;
- tomar decisões e encontrar soluções para problemas em uma realidade diversificada e em constante transformação, para buscar melhores resultados nos indicadores empresariais;
- interpretar dados econômicos e financeiros, analisando a real situação econômica e financeira da organização;
- planejar e gerir os custos das organizações, visando à adequada formação do preço de venda, bem como o controle dos gastos de produção e comercialização de produtos;
- garantir a aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal, assegurando que as finanças públicas sejam geridas de forma responsável;
- implementar ações que contribuam para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil, respeitando as peculiaridades étnico-raciais e os direitos humanos;
- desenvolver projetos que garantam a sustentabilidade do planeta, implementando políticas de preservação ambiental;
- comunicar-se nas formas escrita, oral e gráfica, para o exercício profissional, facilitando os processos de negociação nas relações interpessoais ou intergrupais;

- assumir a postura de permanente busca de atualização e aprofundamento profissional garantindo qualidade de serviços e produtos;
- aplicar a ética e agir com responsabilidade profissional atuando em conformidade e probidade.

Conforme consta no PDI, a política de acompanhamento de egressos é implementada pelo setor denominado Carreiras. Este setor aplica pesquisas e implanta mecanismos para conhecer a opinião dos egressos sobre a formação recebida, para saber o índice de ocupação entre eles e para procurar estabelecer a relação entre a ocupação e a formação profissional recebida.

4. Forma de acesso ao curso

O acesso dos alunos ao Curso é realizado através das seguintes modalidades.

Processo Seletivo

Aplica-se a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente. Neste caso, os candidatos submetem-se a um exame, contendo questões de diferentes áreas do saber, observando a complexidade do ensino médio, bem como temas da atualidade nacional e internacional. A partir das notas obtidas, os candidatos são classificados em ordem decrescente de desempenho e convocados para a efetivação da matrícula até o preenchimento das vagas. Havendo vagas ociosas, os candidatos habilitados serão, sequencialmente, convocados.

Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)

A Instituição reserva parte das vagas oferecidas para ingresso em seus cursos a candidatos que tenham participado do Enem e alcançado média igual ou superior a 50% do total de pontos.

Graduados

Aplica-se a candidatos portadores de diploma de curso de graduação, dispensando-o do processo seletivo. Neste caso, o candidato deve protocolar o pedido de matrícula e, havendo vagas disponíveis, é feita a análise curricular para eventual dispensa de disciplinas que possuem equivalências com as disciplinas a serem cursadas.

Transferências

Aplica-se a estudantes que já estejam matriculados em cursos de graduação de outra instituição. Neste caso, o estudante deve protocolar o pedido de transferência e, havendo vagas disponíveis, é procedido o processo seletivo e feita a análise curricular para eventual dispensa de disciplinas que

possuírem equivalências com as disciplinas a serem cursadas.

Programa Universidade para Todos (ProUni)

Aplica-se a egressos do ensino médio que tenham se inscrito no Programa. A seleção é feita pelo Governo Federal a partir da nota do Enem dentre aqueles que preencham os requisitos sociais. Os candidatos pré-selecionados pelo Programa apresentam à Instituição os documentos comprobatórios, exigidos pelo Ministério da Educação.

Vagas remanescentes

Se ao final do processo seletivo não houver preenchimento de todas as vagas oferecidas, a Instituição poderá admitir candidatos que tenham participado do Enem e obtido desempenho maior ou igual a 50% do total de pontos.

5. Representação gráfica de um perfil de formação

De acordo com a Resolução CNE/CES nº 04, de 16 de julho de 2007, que instituiu Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Econômicas, bacharelado, os conteúdos curriculares do Curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Imperatriz Wyden estão agrupados da seguinte forma:

Primeiro nível: dois semestres de formação fundamental em relação com outras áreas do saber.

1-Fundamentos de Ciências: conhecimentos necessários à gestão de negócios, ferramentas matemáticas de suporte à decisão, aspectos psicológicos, sociais aplicados às organizações, análise política e técnicas de leitura e escrita em língua portuguesa e teorias da organização.

2-Fundamentos da Empresa: conhecimentos técnicos e científicos, análise do cenário micro e macroeconômico, da tributação e da legislação empresarial, do uso da tecnologia da informação e do comportamento humano. Competências: desenvolver raciocínios lógicos e utilizar técnicas de comunicação oral e escrita para compreender os princípios e modelos da economia.

Logo depois o Segundo nível, com dois módulos interdisciplinares.

3–Mercados e Métodos: informações contábeis para a tomada de decisão, ferramentas matemáticas para análise dos agentes microeconômicos, informações de agregados econômicos e abordagem histórica na formação econômica. Competências: utilizar conceitos das Ciências Econômicas, da matemática e da estatística na análise dos fenômenos socioeconômicos.

4–Finanças e Macroeconomia: análise das variáveis que influenciam os agentes econômicos, das políticas econômicas, das informações financeiras para tomada de decisão e das estruturas de mercado. Competências: elaborar pareceres, relatórios e análises na área econômica.

No terceiro nível do curso, o aluno aprofundará os conhecimentos nas áreas de atuação e aplicação da Ciência Econômica, em quatro módulos.

5–Negócios e Análise Econômica: análise da estrutura da economia brasileira ao longo do tempo, da tomada de decisão com indicadores financeiros, da Teoria Keynesiana e sua influência e da importância da abertura de capital nas empresas. Competências: diferenciar correntes teóricas a partir de várias políticas econômicas.

6–História e Análise Regional: análise do controle dos custos para o resultado organizacional, dos aspectos regionais e o crescimento econômico, das correntes de pensamento econômico, do uso da econometria e das empresas em ambientes simulados. Competências: usar o instrumental econômico e analisar situações históricas concretas.

7–Estratégia: análise da eficiência na gestão financeira das organizações, estudo das teorias políticas e de comércio internacional, do desenvolvimento econômico e do método de pesquisa. Competências: desenvolver capacidade empreendedora e possuir visão ampla das necessidades da sociedade.

8–Cenários Econômicos: análise da gestão de pessoas e de carreira, de cenários na tomada de decisão, da gestão pública, do uso da moeda na economia e da estratégia. Competências: a partir das transformações tecnológicas, identificar problemas e desenvolver e implementar soluções que garantam maior eficiência organizacional.

Completam estes conteúdos curriculares as atividades extraclasse: Trabalho de Conclusão de Curso e Programa de Experiências (PEX), exigências obrigatórias à integralização curricular e que garantem Flexibilização curricular e interdisciplinaridade. A disciplina de Libras é ofertada de forma optativa.

Os conteúdos programáticos e bibliografias são atuais, adequados às disciplinas teórico/práticas e estágios curriculares supervisionados. Dão suporte à pesquisa realizada por discentes e docentes e asseguram o desenvolvimento das competências previstas no Perfil do Egresso.

Na abordagem dos conteúdos curriculares os docentes são capacitados, através do Programa Mandacaru, acerca da educação inclusiva, com o objetivo de estarem preparados para adaptar suas práticas pedagógicas para alunos portadores de necessidades especiais.

Os requisitos legais relativos às relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, políticas para educação ambiental e direitos humanos são abordados transversalmente ao longo de todo o percurso formativo do alunado, quer como conteúdo específico de algumas disciplinas, quer como atividades complementares.

6. Sistema de avaliação do processo de ensino e aprendizagem

O processo de avaliação da aprendizagem é parte integrante do processo de ensino e obedece às normas e procedimentos pedagógicos estabelecidos pelo Conselho Superior da Facimp Wyden, tanto para os cursos presenciais quanto a distância.

As avaliações de aprendizagem têm por objetivo acompanhar o processo de construção do conhecimento, a compreensão e o desenvolvimento da capacidade do aluno para resolver problemas referentes às competências (conteúdos, habilidades e atitudes) gerais e específicas exigidas para o exercício profissional, desenvolvidas ao longo do percurso formativo.

A sistemática institucional para a avaliação da aprendizagem considera a participação do estudante na construção do próprio saber e nas atividades acadêmicas programadas para as disciplinas que compõem a Matriz Curricular, parte do Projeto Pedagógico do Curso e o domínio dos conteúdos de natureza técnico-científica e instrumental, bem como acompanhar e aferir o desenvolvimento das habilidades e atitudes demonstradas em cada componente curricular, principalmente, o desempenho nos trabalhos e atividades realizados individualmente ou em grupo, provas e testes (orais ou escritos), visitas técnicas, debates, dinâmicas de grupo, seminários, oficinas, preleções, pesquisas, resolução de exercícios, arguições, trabalhos práticos, excursões e estágios, inclusive os realizados fora da sala de aula e da sede da Instituição.

A depender das características da disciplina, os professores, ao elaborarem os cronogramas de atividades, parte integrante dos Planos de Ensino, definem as ferramentas e os critérios de avaliação da aprendizagem que serão adotados, com vistas a atender às diferenças individuais dos educandos, orientando-os ao aperfeiçoamento do processo da aprendizagem. O sistema de avaliação da aprendizagem está institucionalizado no Regimento Institucional e seu funcionamento está normatizado na Norma 006.

Considerando o disposto no referido instrumento legal, a avaliação do desempenho acadêmico do estudante é realizada por disciplina, abrangendo os aspectos de aproveitamento e frequência. O aproveitamento é expresso por uma nota de eficiência que é a média ponderada das avaliações realizadas no período letivo. Respeitado o limite mínimo de frequência de 75% da carga horária do componente curricular, será considerado aprovado o aluno que obtiver média de eficiência igual ou superior a 5 (cinco), em uma escala que varia de 0 (zero) a 10 (dez).

A critério dos Dirigentes, por proposta do professor ou grupo de professores que ministram uma disciplina, ouvido o Coordenador do Curso, poderá ser adotado um regime especial de avaliação da aprendizagem considerado mais adequado.

Os critérios de verificação de desempenho no Trabalho de Conclusão do Curso e no Estágio Curricular Supervisionado, quando couber, constam de regulamentos próprios (normas 002 e 003, respectivamente), aprovados pelo Conselho Superior da Instituição.

Alunos com necessidades especiais, quando necessário, podem ser assistidos por equipes da CASA, para que realizem seus processos avaliativos em consonância com suas características e particularidades.

7. Sistema de avaliação do projeto do curso

O processo de avaliação do Curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Imperatriz Wyden é desenvolvido pela Coordenação Geral de Graduação e Coordenação de Curso, em colaboração com a Comissão Própria de Avaliação (CPA), no que couber. Os procedimentos de avaliação têm por objetivos acompanhar continuamente o planejamento estratégico expresso no PDI e no PPC, com vistas à melhoria da qualidade, sob vários aspectos, tais como a execução do planejamento acadêmico, a gestão acadêmico-administrativa, as condições de infraestrutura oferecidas (laboratórios, salas de aula, biblioteca, áreas de conveniência, os serviços de atendimento ao aluno, etc.), corpos docente e técnico-administrativo.

Semestralmente, mediante questionários elaborados especialmente para este fim, o corpo social avalia como segue:

AVALIAÇÃO REALIZADA PELO CORPO DISCENTE

Os alunos, ao final do semestre, avaliam os principais processos desenvolvidos com relação ao desempenho dos professores, da Coordenação do Curso e da Direção da Instituição, disciplinas ofertadas, atividades acadêmicas realizadas pela Instituição, o processo de avaliação da aprendizagem, infraestrutura física, serviços de apoio, etc.. Busca-se aferir o nível de satisfação do alunado com o Curso e com a Instituição.

AVALIAÇÃO REALIZADA PELO CORPO DOCENTE

Os professores, ao final de cada semestre, avaliam em formulário próprio, o plano de ensino da disciplina sob sua responsabilidade, atingimento de seus objetivos, cumprimento do cronograma de

atividades e dos conteúdos programáticos propostos, qualidade do material didático utilizado, bibliografia disponível na biblioteca (livros, periódicos, acervo em multimídia), infraestrutura física e equipamentos, apoio institucional para realização das atividades acadêmicas, desempenho da turma, etc.

AVALIAÇÃO REALIZADA PELO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Do mesmo modo que os professores, os técnicos envolvidos com os laboratórios de ensino avaliam as condições de oferta das aulas práticas quanto a equipamentos, material de consumo, dimensionamento de turmas, adequação dos experimentos, etc.

AVALIAÇÃO REALIZADA PELO COORDENADOR DO CURSO

Anualmente, a partir das avaliações semestrais acima previstas e das experiências vivenciadas, o Coordenador do Curso é responsável pela elaboração do Relatório de Autoavaliação do Curso, que será encaminhado aos Dirigentes, apontando as ações a serem desenvolvidas com vistas à melhoria da qualidade acadêmica do Curso e o aumento do grau de satisfação dos alunos, professores e colaboradores, com o Curso e com a Instituição.

Os resultados do processo de autoavaliação geram relatórios consubstanciados, apontando as potencialidades e fragilidades do Curso, bem como propondo implementação de ações para a melhoria das atividades acadêmicas, infraestrutura, etc., que serão encaminhadas aos dirigentes da Instituição para as devidas providências. Os resultados, no que diz respeito ao PPC, são encaminhados para o NDE, que como Comissão responsável pelo acompanhamento, gestão e atualização do PPC, os analisa encaminhando ao Colegiado do Curso propostas de ações com vistas à melhoria da qualidade acadêmica e da infraestrutura institucional.

Também, são divulgados e discutidos junto ao corpo social do Curso, alunos, professores e técnico-administrativos, mediante a realização de seminários, via e-mail, reunião com grupos focais, etc., dando-se amplo conhecimento à comunidade.

8. Trabalho de conclusão de curso (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso, parte integrante da Matriz Curricular, é atividade obrigatória para a integralização curricular e tem como objetivo principal a consolidação dos fundamentos técnicos, científicos e culturais do profissional egresso, devendo constituir-se em um exercício de formulação e sistematização de ideias, resolução de problemas e aplicação de métodos de investigação e redação técnico-científica.

A área temática é escolhida juntamente com o professor orientador, e poderá configurar-se no âmbito de uma disciplina, abranger um conjunto de conteúdos trabalhados ou versar sobre uma área conexas aos estudos teóricos, básicos ou profissionalizantes, desenvolvidos ao longo do Curso. O Coordenador do Curso, em conjunto com o NDE, define previamente as grandes áreas temáticas em que poderão ser realizados os Trabalhos de Conclusão de Curso e designa os Professores Orientadores de acordo com suas áreas de atuação profissional e/ou acadêmica, para acompanhar o desenvolvimento do trabalho pelo aluno.

O direcionamento das áreas temáticas objeto da produção científica do Curso é feito por meio de seu NDE, bem como as formas de apresentação dos mesmos. Os professores orientadores são, portanto, divididos nessas áreas, e os alunos submetem seus anteprojetos à apreciação do grupo pertencente à área desejada.

Para tornar claras as regras e critérios de avaliação do TCC, a Coordenação edita uma cartilha contendo as informações pertinentes à elaboração do mesmo, como também alinha o calendário das atividades de TCC (entrega de anteprojeto, reuniões de orientação, entrega dos relatórios parciais, entrega do TCC, marcação e realização das bancas examinadoras) ao Calendário Acadêmico semestral. É estabelecido um número mínimo de encontros para orientação e acompanhamento do desenvolvimento do trabalho e implantada a obrigatoriedade de ser lavrada uma ata, designada Ata de Registro de Encontros, ao final de cada um deles, o que permite à Coordenação a efetiva supervisão das atividades realizadas.

Buscando contínua melhoria no que se refere à qualificação dos professores orientadores de TCC, a Coordenação procura aumentar a carga horária extraclasse dos professores mestres e doutores, os quais trabalham em regime de tempo parcial ou integral, com o objetivo de conduzi-los à orientação dos alunos e de lhe dar melhores condições de trabalho.

Concluído o TCC, o aluno que tenha obtido a frequência igual ou superior a 75% das atividades de orientação solicita ao Coordenador do Curso que marque a data para apresentação do trabalho, diante de Comissão Examinadora, constituída pelo Coordenador do Curso, o Professor Orientador e um terceiro professor. Após a apresentação a Comissão emite parecer atribuindo o conceito “apto” ou “não apto”.

A Comissão, ao avaliar o trabalho, leva em conta, entre outros aspectos, se ele é produção pessoal do aluno e, portanto, não constitui plágio, o domínio do tema abordado, a aplicação adequada da metodologia científica, a capacidade de redigir e de se expressar corretamente.

Dessa forma, o Trabalho de Conclusão de Curso está institucionalizado e considera carga horária, formas de apresentação, orientação e coordenação, a divulgação de manuais atualizados de apoio à produção dos trabalhos e a disponibilização dos TCC em repositórios institucionais próprios, acessíveis pela internet.

O Trabalho de Conclusão de Curso é regulamentado pela Norma 002: Regulamento do TCC – Trabalho de Conclusão de Curso.

9. Estágio curricular

Considerando que as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Ciências Econômicas não estabelecem como obrigatória a realização do Estágio Curricular, a Instituição optou por não incluí-lo no Projeto Pedagógico do Curso.

Documento de uso exclusivo da Faculdade de Imperatriz Wyden. Proibida sua reprodução em todo ou em partes. Todos os direitos reservados.